

DISCUTINDO DIVERSIDADE: UM DIÁLOGO ENTRE A ARQUEOLOGIA E A SOCIEDADE POR MEIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ARANTXA SANCHES SILVA DA SILVA¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹UFPEL- arantxasanches@hotmail.com

²UFPEL- louise_alfonso@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados iniciais de uma pesquisa que vem sendo realizada sobre a temática Arqueologia e Sociedade. Como estudo de caso, foi selecionada uma oficina realizada a partir de uma parceria entre a Secretaria de Educação do município de Pelotas e o Curso de Antropologia da UFPel, no âmbito do projeto de pós doutorado denominado “Um olhar sobre o passado e o presente do negro em Pelotas: possibilidades de inclusão da comunidade no discurso e na prática arqueológica”. A ação foi solicitada pela secretaria como visando a formação de formação de professores da rede municipal para se trabalhar a temática indígena em sala de aula.

Desde a publicação da Lei Nº 11.645 a inclusão da temática Afro-brasileira e indígena passou a ser obrigatória nas redes de ensino fundamental e médio, tanto no ensino público quanto no privado, visando contemplar a diversidade cultural e étnica do Brasil, assim como as diferentes heranças e tradições que compõem o cenário nacional. Neste contexto a arqueologia faz-se ferramenta interessante na discussão das mencionadas temáticas nas escolas.

Por várias décadas, os arqueólogos pouco se interessaram por um diálogo com o público mais amplo. Contudo, na última década, vários profissionais estão considerando esta relação mais próxima da sociedade como uma parte essencial de sua responsabilidade social, esta preocupação vem sendo pensada no Brasil nos debates da Arqueologia Pública (FUNARI, 2012). Esta proximidade com a comunidade vem sendo considerada de diferentes maneiras, seja para agir em causas sociais, tais como reconhecimentos de terras indígenas, escavações para encontrar corpos de desaparecidos políticos, valorizando memórias e narrativas de comunidades que muitas vezes tiveram suas histórias e tradições apagadas ou excluídas. Como exemplo ressalta-se o processo de construção do imaginário nacional brasileiro que acarretou em um severo processo de apagamento das culturas de diferentes grupos e etnias, a fins de dar origem a uma única “cultura”. Desde um determinado contexto de relações institucionais e interpessoais, o passado é transformado e redefinido como parte da tradição e memória (MOLYNEAUX, 1994).

Assim, considera-se que a arqueologia possa ser uma ferramenta interessante para ser trabalhada em sala de aula, pois possibilita a difusão e valorização da diversidade cultural de povos no passado e no presente, tais como grupos negros e indígenas. A diversidade indígena pode ser apresentada em sala de aula a partir de diferentes materiais arqueológicos, valorizando as diversas culinárias, os modos de agir, de viver e diversas crenças. O discurso arqueológico e o saber construído pelos pesquisadores, quando discutidos com os professores, podem favorecer que a diversidade seja pensada em diferentes conteúdos didáticos trabalhados pelos docentes, assim favorecendo o cumprimento da mencionada legislação.

2. METODOLOGIA

A pesquisa vem sendo realizada a partir de um aprofundamento na bibliográfica existente sobre a aproximação arqueologia e sociedade e sobre arqueoeducação. Bem como, com a análise do mencionado estudo de caso.

A oficina foi realizada nas dependências da Secretaria de Educação e foi dividida em quatro partes diferentes. Na primeira parte os professores deveriam preencher uma ficha de avaliação pré curso com as seguintes perguntas: “1- Você considera que possui *habilidades suficientes para trabalhar a temática indígena em sala de aula?*”; “2- Cite alguns elementos que poderiam representar a diversidade cultural indígena da região. Por quê?”, “3- Em breves palavras, descreva como costuma trabalhar a questão indígena em sala de aula. Que ferramentas de apoio didático você utiliza?” e “4- Apresente suas expectativas em relação à oficina para professores”.

A segunda parte da oficina era constituída por uma exposição interativa, que fez uso de slides que trabalhavam a diversidade cultural indígena a partir de enterramentos, habitações, celebrações, ofícios e saberes buscando desconstruir o estereótipo singular do índio predominante na atualidade. Mostrar as lutas destes povos na atualidade como os processos de demarcações de terras indígenas e toda a problemática política que isto envolve, como a chacina de indígenas por fazendeiros. Esta questão busca trazer o indígena para o presente tirando a ideia de que indígenas só viviam no passado, mostrando a inserção de indígenas em universidades e sua atuação na luta e na implantação das escolas indígenas diferenciadas.

Esta parte também buscava desmistificar o trabalho do arqueólogo, tirando a ideia de senso comum de estudo de dinossauros e aventuras, passando para o trabalho científico de pesquisa, escavação, laboratório e extroversão. E por último procurou propor a arqueologia como ferramenta didática para o atendimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois possibilita discussões sobre o conhecimento das características fundamentais do Brasil e suas dimensões socioculturais, a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural, bem como o conhecimento das raízes de cada grupo. Foram mostrados exemplos de outras realidades onde docentes confeccionaram a partir de discussões provenientes da arqueologia desenhos, pinturas, gravuras, oficinas de cerâmica e jogos diversos. Tais atividades possibilitaram reflexões sobre metodologias de inserção da arqueologia nos planos de aulas dos docentes.

A terceira etapa contava com a exposição de um kit de peças arqueológicas, formado por: boleadeiras, lâminas de machados de pedra, fragmentos de cerâmicas de diversas culturas, material em palha e madeira e objetos de uso cotidiano – tais como um pente, sendo alguns destes oriundos de escavações feitas em Pelotas. Era proposto que os professores tocassem nas peças aproximando-os das especificidades de cada uma.

A quarta e última etapa era formada pelo preenchimento de um questionário contendo as seguintes perguntas: “1- Você considera que possui *habilidades para trabalhar a temática indígena com seus alunos?*”; “2- Em breves palavras, descreva como pretende trabalhar a questão em sala de aula. Que ferramentas de apoio didático você pode utilizar?” e “3- A oficina atendeu às suas expectativas?” Assim, o processo de avaliação da oficina contou com a aplicação de dois instrumentos avaliativos, um no início da atividade e outro no final, para verificar alterações nas respostas após as discussões propostas durante oficina. Ambos os instrumentos foram anônimos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho todo foi realizado de forma a propiciar que as professoras, a turma foi formada por mulheres, suas opiniões e pontos de vista sobre os assuntos trabalhados ao longo da tarde fossem valorizados. Na primeira etapa proposta, ao receberem o questionário, a reação era ler e logo em seguida guarda-lo na bolsa, sem responder, por vergonha de ser avaliado sobre tal tema. Ao serem questionadas sobre suas origens a maioria não sabia, ou negava, possuir alguma ascendência indígena ou africana, com algumas poucas exceções. Aqueles que reivindicavam ancestralidades europeias (Italiana, russa, lusitana, espanhola e alemã) conheciam muito mais detalhes, como local específico, grau de parentesco com o ancestral imigrante, a história deste ao chegar ao Brasil. Vale ressaltar a valorização destes imigrantes, como se o seu antepassado tivesse realizado uma jornada épica.

Com isso, pode-se notar que há não apenas disparidades quanto a reivindicações de heranças culturais, mas também a projeção dos preconceitos, já há muito, enraizados nestas narrativas. É necessário salientar que o Rio Grande do Sul é um estado de forte imigração germânica e italiana, o que influência por vezes nas respostas desse tipo de pergunta, uma vez que grande parte das pessoas parece querer compartilhar de uma mesma origem.

Durante as discussões, fora possível notar que a grande maioria desconhecia a existência de comunidades indígenas no entorno de Pelotas, assim como os indígenas que vivem na cidade. Entre as respostas recorrentes podemos citar: “*Não temos contato com índios, pois em Pelotas não tem!*”, “*Não é preconceito é falta de contato, mas como é índio se usa as mesmas roupas que nós?*”, “*Então agora não pode mais representar o índio pelado? Mas se não pode mais representar o índio com cocar como vão saber que é índio?*”. Expressões de dúvida e surpresa, bem como a incerteza de como trabalhar o novo conceito de indígena, também foram reações muito presentes ao longo da oficina. Foi interessante notar como o debate entre as docentes favoreceu que novas possibilidades de representações fossem pensadas de forma a valorizar a diversidade cultural destes povos no passado e na contemporaneidade.

Durante a exposição do kit arqueológico, houveram reações positivas e entusiasmo. Ao tocarem nas peças eram capazes de distinguir a diferença cultural entre elas e uma grande curiosidade em saber como eram produzidas, principalmente os fragmentos de cerâmica decorada, que eram alisados várias vezes na tentativa de solucionar tal dúvida. Objetos de pedra também ganharam olhares curiosos e levantaram falas como: “*Que curioso parece feito de outro material, que trabalheira para talhar isso em pedra!*”; “*E ainda tem gente que diz que eram atrasados!*” e “*Não acredito que isso é um pente!*” As tentativas de adivinhações para o uso de artefatos líticos também foram destaque. Aqui cabe destacar a importância dos kits arqueológicos serem disponibilizados para manuseamento, pois este favorece o processo de ensino e discussão com os participantes. A percepção tátil é um elemento importante para a apropriação e reconhecimento das coisas do passado no presente (BEZERRA, 2013)

Ao analisarmos as fichas preenchidas no começo da oficina todas as professoras consideravam seu conhecimento sobre a temática indígena regular ou ruim, e apenas uma considerou-se apta para trabalhar o tema em sala de aula. Com relação à pergunta de número dois, a grande maioria não respondeu, as poucas respostas mostravam mais dúvidas do que certezas. Por exemplo: “*Sinceramente preciso desta oficina, porque respondendo as questões percebi que não sei nada*” e “*Não me sinto com capacidade para responder esta questão*”. Quanto a pergunta três, a grande maioria apoia-se em livros de história, músicas,

imagens ou pinturas e confecções voltadas para o dia do índio. Muitas alegaram não dispor de materiais e formação suficientes para “ir além”. Para a última pergunta, as respostas tiveram um padrão em comum, todas esperavam adquirir mais conhecimentos e se aprofundar nas questões indígenas para multiplicá-las em sala de aula.

O instrumento preenchido ao final da oficina mostrou respostas positivas, as professoras se auto avaliaram com melhor conhecimento no assunto. Alegaram que a conversa despertou sua vontade de trabalhar com o tema, todas responderam que a palestra atendeu a suas expectativas e mencionaram que a oficina estimulou o interesse pela pesquisa e elaboração de metodologias diferentes das até então utilizadas para se trabalhar o tema em aula.

4. CONCLUSÕES

A experiência demonstrou resultados positivos, tanto por contemplar as expectativas por parte dos professores, quanto para garantir o cumprimento da Lei Nº 11.645. O trabalho foi interessante e deixa em aberto a seguinte questão: Se esta prática se tornasse corriqueira, se mais arqueólogos se propusessem a desenvolver atividades voltadas a esta aproximação com a sociedade, atingindo um número muito maior de profissionais da educação, quais seriam seus benefícios?

Na oficina em apreço foram levantadas questões sobre a diversidade cultural das populações indígenas, bem como o modo de trabalhar estas em sala de aula. Tentando desconstruir junto aos professores olhares preconceituosos, superficiais e fantasiosos, sobre a arqueologia e as questões indígenas, destacando a incumbência dos professores de desconstruir tais conceitos e reconstruí-los com os alunos (CURY, 2006). A partir da oficina, tentou-se apresentar aos professores diversas metodologias para o trabalho da temática em sala de aula, ressaltando a arqueologia como ferramenta pedagógica e também propiciar discussões que favorecessem novas metodologias e formas de inserção destes debates nos conteúdos didáticos.

Deste modo, a oficina abriu um leque de novas oportunidades para os educadores, mostrando que o patrimônio arqueológico pode ser mais do que apenas o estudo de vestígios do passado, podendo se transformar também em um recurso do presente, capaz de participar de processos de construção de identidades locais (WICHERS, 2011).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de arqueologia pública**, Campinas, n.7, p. 107-122, 2013.
- CURY, M. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia. **Revista arqueologia pública**, São Paulo, n.1, p. 31-48, 2006.
- FUNARI, P. Arqueologia publica no Brasil e as novas fronteiras. **Praxis archaeologica**. (local de edição), v.3, p.131-138, 2008.
- MOLYNEAUX, B.L. **The presented past: heritage, museums and education**. Londres: Routledge, 1994.
- WICHERS, C. **Patrimônio Arqueológico paulista: Proposições e provocações museológicas**. 2011 Tese (Doutorado em Arqueologia) curso de pós-graduação em Arqueologia.